



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 2316-43.2012.8.177.1480 (334408-7) –  
Timbaúba (1ª Vara Cível)

Recorrente: CELPE

Recorrido(a): Simone Maciel de Lima

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

**EMENTA: RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CONSUMIDOR ADIMPLENTE. DEMORA NA COMPENSAÇÃO DA FATURA. INQUESTIONÁVEL RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO ADEQUADO E PROPORCIONAL. PRECEDENTES. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DE AGRAVO. IMPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.**

1 - O corte de fornecimento de energia elétrica em virtude de fatura de consumo já paga, mas não compensada nos sistemas da concessionária, é suficiente para gerar o dever de indenizar.

2 - Agravo improvido.

3 - Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a QUINTA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado

Recife, 17 de setembro de 2014.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes

Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 2316-43.2012.8.177.1480 (334408-7) –  
Timbaúba (1ª Vara Cível)

Recorrente: CELPE

Recorrido(a): Simone Maciel de Lima

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

**Relatório**

Recebo os Embargos Declaratórios como Recurso de Agravo.

Decisão agravada fls. 105/109.

No primeiro grau foi proferida sentença na *ação de indenização por danos morais*, proposta por **Simone Maciel de Lima**, contra **CELPE**, decisão essa que julgou procedente em parte o pedido, condenando a ré ao pagamento de indenização por danos morais, em razão da suspensão indevida do fornecimento de energia da apelada, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

A Concessionária ré interpôs apelação, à qual, monocraticamente, neguei seguimento por entender que matéria tratada no apelo está em confronto com jurisprudência dominante do STJ.

Ainda irresignada, a Concessionária interpôs este recurso de agravo, objetivando a análise do apelo pela 5ª Câmara Cível, repetindo em todos os seus termos os argumentos trazidos no apelo.

Pugna pelo provimento do apelo.

É o Relatório.

Recife, 17 de setembro de 2014.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 2316-43.2012.8.177.1480 (334408-7) –  
Timbaúba (1ª Vara Cível)

Recorrente: CELPE

Recorrido(a): Simone Maciel de Lima

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

**Voto**

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Não vislumbrando razões para exercer o juízo de retratação, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

A decisão recorrida está vazada nos seguintes termos:

"[...]A controvérsia da presente lide cinge-se à caracterização dos pressupostos da responsabilidade civil da CELPE em virtude da suspensão do fornecimento de energia elétrica da apelada em razão do atraso no repasse do pagamento da fatura de consumo mensal com vencimento em 31.07.2012. A apelante aduz, num primeiro momento, que não haveria qualquer ilicitude na conduta de seu agente que procedeu ao corte de energia na residência da apelada, posto que, embora reconheça que houve o pagamento da fatura, afirma que ocorreu atraso significativo no repasse do referido pagamento e que no momento da suspensão de fornecimento de energia a apelada constava em seus cadastros como inadimplente. Destaco que, na forma do artigo 6º, § 3º, inciso II, da Lei nº 8.987/95, "não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da sociedade". É direito do concessionário de serviço público a suspensão do fornecimento da prestação em caso de inadimplemento do usuário. Em princípio, portanto, afigura-se legal a suspensão do fornecimento do serviço pelo inadimplemento, não obrigando as normas do Código de Defesa do Consumidor à prestação gratuita do serviço público (artigos 6º e 42). No presente caso, contudo, é incontroverso que a autora, na data da suspensão do serviço, em outubro de 2012, estava com a fatura com vencimento em 31.07.2012 devidamente quitada desde 04.08.2012, conforme demonstra o comprovante de pagamento de fl. 12. É certo, então, que a suspensão da prestação do serviço foi ilegal, porque não havia débito pendente de pagamento. Há incidência, *in casu*, da teoria do risco administrativo, segundo a qual a responsabilidade civil ocorre quando comprovados três requisitos: 1) conduta; 2) dano; 3) nexo de causalidade entre a conduta e o dano. Destarte, é inegável que a conduta do agente da CELPE gerou danos à autora/apelada, que se viu exposta a constrangimento público. Ante tais fundamentos, irreparável a sentença recorrida. O Superior Tribunal de Justiça tem adotado a mesma orientação, posto que reconhece a responsabilidade civil da concessionária em casos análogos:



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PARCELAMENTO DO DÉBITO. FALHA NO REPASSE DO PAGAMENTO. RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. CABÍVEL INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O acórdão recorrido, a partir dos elementos fáticos e probatórios constantes dos autos, concluiu pela ilegalidade no corte do fornecimento de energia elétrica tendo em vista a existência de débito pretérito que foi renegociado junto à concessionária de energia elétrica. Assim, inviável a modificação deste fundamento, por demandar o revolvimento do conjunto fático e probatório, o que não é possível na via recursal eleita a teor da Súmula 7/STJ. 2. A incidência deste enunciado sumular também impede nova avaliação quanto ao valor da indenização arbitrado - dez mil reais -, tendo em vista que o mesmo se encontra dentro dos limites da razoabilidade e da proporcionalidade. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 258.836/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 14/02/2013). No mesmo sentido tem se posicionado esta Corte: EMENTA: AGRAVO LEGAL. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CONSUMIDOR ADIMPLENTE. DEMORA NA COMPENSAÇÃO DA FATURA. RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1 - O corte de fornecimento de energia elétrica em virtude de fatura de consumo já paga, mas não compensada nos sistemas da concessionária, é suficiente para gerar o dever de indenizar. 2 - Recurso a que se nega provimento. (TJPE, RA nº 308326-7, Relator Des. José Fernandes de Lemos, 5ª CC, Julgamento 11/06/2014). No tocante ao *quantum* indenizatório, deve-se garantir que este respeite os limites do razoável, adequando-se às peculiaridades da situação sub *judice*, levando em conta a natureza e a extensão do dano, o grau de culpa do ofensor, bem assim as qualidades e condições socioeconômicas dos litigantes. No caso dos autos, penso ser o caso de manter o valor fixado pelo juiz de primeiro grau, por entender que o montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) está ajustado às circunstâncias descritas e ao posicionamento adotado por este Egrégio Tribunal em situações dessa natureza. Ante o exposto, considerando que a decisão recorrida está em conformidade com a jurisprudência dominante do STJ, **NEGO SEGUIMENTO ao recurso**, mantendo incólume a decisão agravada, o que faço com fundamento no art. 557, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco. [...]".

Analisando a argumentação apresentada pela agravante, não observo, no referido recurso, qualquer argumentação que venha ensejar modificação do meu posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, encontra-se em sintonia com o entendimento desta Corte e do STJ.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

Destaque-se que é firme a jurisprudência do STJ e dos Tribunais pátrios no sentido de que o corte de fornecimento de energia elétrica em virtude de fatura de consumo já paga, mas não compensada nos sistemas da concessionária gera, por si só, o dever de indenizar e constitui dano moral *in re ipsa*, ou seja, dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos, como é o caso da hipótese dos autos, tendo havido, de fato, o ato ilícito.

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo integralmente a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto

Des.  Nunes Gomes  
Relator